



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Pedagogia

Alicia Silva Uchôa Correia

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA “ENTRE PARENTAS”
DE FORMAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS COMO PESQUISADORAS DO CLIMA.**

Brasília

2024

Alicia Silva Uchôa Correia

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA “ENTRE PARENTAS”
DE FORMAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS COMO PESQUISADORAS DO CLIMA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Alessandro Roberto de Oliveira

Brasília

2024

*Dedico este trabalho primeiramente a Shri Mataji
Nirmala Devi, minha Guru e Mãe Espiritual, e a meus
pais Alipio Uchôa Correia Neto e Valeria Vanda
Ferreira da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Alessandro Roberto de Oliveira, por ser meu orientador e mais do que isso, um verdadeiro professor, paciente e dedicado a me ensinar tanto sobre o processo da pesquisa.

À Sara Gaia, o Instituto Internacional de Educação do Brasil e as mulheres indígenas do programa “Entre Parentas” por me permitirem caminhar com elas nesse processo de pesquisa e aprendizado.

À família de Kamo Waura por me permitirem defender meu trabalho de conclusão de curso em sua casa, na aldeia Piyulaga dos Wauja, na região do Alto Xingu, Território Indígena do Xingu – MT.

Ao meu amigo Bashir Ali, por me dar apoio durante a escrita do meu trabalho.

A todas as pessoas que me prestaram apoio durante esse processo que foi muito além da escrita de um trabalho acadêmico.

MEMORIAL

Fazer pedagogia nunca foi um sonho ou uma vocação para mim. Desde criança nunca me identifiquei muito com a profissão de professora. Quando me perguntavam o que queria ser quando crescesse, às vezes eu até respondia “qualquer coisa, menos professora”. No ensino médio, minhas opções estavam centradas na área de exatas, mas depois que fiz intercâmbio para Taiwan me abri mais para área de humanas, mas ainda assim não queria nada da área da educação, pensava em ser tradutora. Entretanto, pouco antes de fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conheci algumas pessoas que tinham feito o curso de pedagogia e minha cabeça abriu um pouco. Quando o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) foi iniciado, escolhi cursos de pedagogia na Universidade de Brasília (UnB), e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fiz isso porque meu foco era o vestibular da Universidade de São Paulo (USP), que oferece bacharelado em mandarim. Afinal, não fui aprovada na USP, mas fui aprovada na UnB e decidi por fazer o curso de pedagogia.

Ao longo do meu percurso no curso de pedagogia me senti muito perdida, pois eu realmente não me identificava com a profissão de professora do ensino infantil. Obviamente pedagogia não se resume a isso, mas a grande maioria das disciplinas do curso são focadas em educação infantil, e isso me deixava muito frustrada e insegura com a minha escolha. Entretanto, logo no primeiro semestre, tive contato com a disciplina de Antropologia e Educação, e essa disciplina me chamou muito a atenção porque eu nunca tinha ouvido falar na antropologia, de todas as minhas disciplinas de caloura, essa foi a única que eu gostei. Porém fui reprovada nessa disciplina, apenas nela, em comparação às outras em que tirei notas muito altas. Isso me gerou um trauma que me afastou desse campo de conhecimento. Mas minha relação com a área se renovou ao cursar novamente a disciplina e encontrar bons professores no caminho.

Esse interesse também foi impulsionado pela ancestralidade da minha família, que por parte de pai temos ancestrais do povo Fulni-ô. Desde pequena minha família sempre me falou sobre isso e existia essa identificação dentro de mim com a pauta indígena, mas que somente na universidade pude expandir meus conhecimentos e relações. A partir daí, além de focar meu curso mais aproximado a pauta indígena, também comecei a participar de eventos do movimento indígena, como o Acampamento Terra Livre, Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, entre outros. Também tive a oportunidade de cultivar relações de amizade que me ensinaram muito mais do que os textos acadêmicos poderiam me oferecer, que foi a vivência e

o aprendizado que essas pessoas me proporcionaram. Cada vez mais tinha mais certeza do que queria para meu futuro. Ter tido a oportunidade de fazer estágio numa instituição socioambiental também foi de grande valia para minhas escolhas acadêmicas e profissionais.

Em suma, as experiências que tive ao longo da graduação deram significado ao meu passado e abriu caminhos para o meu futuro. A possibilidade de trabalhar com educação em espaços não tradicionais e inserida num contexto que tem significado pessoal para mim como indivíduo me trouxe um alívio interior que as perspectivas tradicionais não me traziam. Eu tive que confiar no processo, porque muitas vezes eu duvidei e quis desistir, mas eu consegui superar minhas inseguranças e encontrar meus caminhos. Diante de toda essa ressignificação da minha jornada na graduação nasceu meu trabalho de final de curso.

Resumo

Este trabalho aborda a relação entre mudanças climáticas e educação no contexto de uma experiência formativa com mulheres indígenas na Amazônia brasileira. A pesquisa foi realizada entre 2023 e 2024 e envolveu levantamento bibliográfico e documental em bases de dados acadêmicas, da sociedade civil e das organizações indígenas que atuam na agenda das mudanças climáticas, combinado com a realização de estudo de caso sobre uma iniciativa em curso destinada à formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima. Acompanhamos esse processo sob a perspectiva de uma educação ambiental crítica e emancipatória, observando as possibilidades e limites do diálogo intercultural e intercientífico, com atenção às relações que geram esses processos formativos e os ambientes de aprendizagem dentro da agenda climática.

Palavras-chave: educação ambiental; mudanças climáticas; mulheres indígenas; intercientificidade.

Abstract

This study addresses the relationship between climate change and education within the context of a formative experience with Indigenous women in the Brazilian Amazon. The research was conducted between 2023 and 2024 and involved a literature and document review from academic databases, civil society organizations, and Indigenous organizations working on climate change issues. This was combined with a case study of an ongoing initiative aimed at training Indigenous women as climate researchers. We observed this process from the perspective of critical and emancipatory environmental education, examining the possibilities and limitations of intercultural and interscientific dialogue, with a focus on the relationships that shape these formative processes and the learning environments within the climate agenda.

Keywords: environmental education; climate change; indigenous women; intercientificity.

Introdução

O poder da mulher é como o poder da Mãe Terra. Vejam o quanto Ela tem feito por vocês. Ela lhes deu toda a vegetação, a beleza. Onde quer que Ela se afunde, Ela se enche com água, e Ela lhes dá tamanha alegria e felicidade... e suporta todos os problemas do mundo, apesar de todas as coisas que temos feito a Ela, apesar da maneira como extraímos toda Sua riqueza e tudo mais, Ela ainda está nos dando riqueza. Isso é o que nós somos. Quando perdemos nosso poder, nossa sociedade decaiu. A sociedade tem de ser mantida pelas mulheres, não pelos homens.
Shri Mataji Nirmala Devi, 1987

A emergência climática já não é um assunto para o futuro. Cada vez mais a humanidade vivencia as consequências catastróficas das mudanças do clima em todo o planeta. Nas últimas décadas, o assunto tem sido tema de conferências internacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) em que se discutem suas causas, impactos, surgem propostas de acordos, planos e ações que visam frear seus avanços, embora a situação siga se agravando.

Ao nos aproximarmos desse tema é importante demarcar que as mudanças climáticas é um fenômeno sistêmico e global, mas que impacta os seres vivos de modo diferente, principalmente quando tratamos das sociedades humanas. No capitalismo globalizado em que vivemos, determinados grupos estão mais expostos e vulneráveis às consequências dessas mudanças que outros. Países ricos do norte global, por exemplo, têm mais responsabilidades sobre as atividades geradoras do problema e mais condições de lidar com seus impactos que os países em desenvolvimento do sul global. Dentro dessas diferentes sociedades nacionais, os reflexos da emergência climática também são vivenciados de modos distintos pelos diferentes segmentos sociais. Os grupos mais vulneráveis têm raça, etnia, gênero e classe social.

Desde 1995 a Organização das Nações Unidas - ONU realiza reuniões conhecidas como Conferência das Partes (COP) sobre a Mudança do Clima. Em sua sétima edição realizada em Marrakesh - Marrocos, em 2001, reconheceu pela primeira vez como as mudanças climáticas agravam as desigualdades de gênero. De acordo com um relatório divulgado em 2009 pelo Fundo para População das Nações Unidas (UNFPA), em comparação de responsabilidades entre homens e mulheres para o problema do clima, as mulheres contribuem menos para esse cenário, porém, são mais afetadas quando a questão é a sobrevivência às condições extremas por causa das mudanças climáticas (Pena, 2022).

No Acordo de Cancun, pactuado na COP 16 em 2010, a igualdade de gênero na tomada de decisões frente às mudanças climáticas e a importância da participação das mulheres e povos indígenas nessas decisões foi reconhecida formalmente (Vianna, 2023). Embora a ONU atue para que as mulheres tenham mais voz nesse debate, a participação feminina nas decisões ainda é menor que a dos homens. O relatório de composição de gênero apresentado na COP27 mostrou que as mulheres representaram apenas 37% das delegações mundiais e detém apenas 29% do tempo de fala na conferência (Munhoz; Goulart; Santos, 2021).

Diante deste quadro, o objetivo deste trabalho é abordar o tema mudanças climáticas na sua interface com a educação sob uma perspectiva de gênero, no contexto de uma experiência formativa das mulheres indígenas. A pesquisa foi realizada entre 2023 e 2024 e envolveu a combinação de dois procedimentos metodológicos. Primeiro um levantamento bibliográfico e documental em bases de dados acadêmicas, governamentais, da sociedade civil e de

organizações indígenas para avaliar a produção de conhecimento sobre povos indígenas e mudanças climáticas com um enfoque de gênero. No segundo momento da pesquisa foi realizado estudo de caso sobre a experiência conduzida pelo Instituto de Educação do Brasil - IEB, uma organização da sociedade civil brasileira com uma longa trajetória no campo socioambiental, que trabalha com processos formativos a partir das demandas de organizações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais do Brasil.

A ação sobre a qual nos debruçamos é destinada à formação de mulheres indígenas que vivem na região do sul do Amazonas como pesquisadoras do clima, iniciada em 2021, dentro de um projeto articulado pelas organizações indígenas da região e uma rede de parceiros nacionais e internacionais que visa compreender localmente os efeitos das mudanças climáticas e propor estratégias de monitoramento e enfrentamento dessas mudanças em seus territórios. Essa iniciativa nos chamou atenção como processo educacional pois o projeto tem um componente formativo dessas mulheres como pesquisadoras capazes de estabelecer relações entre seus conhecimentos tradicionais e o problema das mudanças do clima em uma perspectiva intercultural e intercientífica comprometida em gerar mudanças concretas para suas comunidades.

Reconhecendo que as mulheres indígenas têm um conhecimento específico das dinâmicas socioecológicas em seus territórios e portanto, dos impactos das mudanças climáticas sobre seus ambientes, pretendemos contribuir com essa discussão do ponto de vista da justiça socioambiental, mas também do ponto de vista da justiça epistêmica ao evidenciar as políticas do conhecimento nesse campo temático e focar em uma experiência formativa que rompe com a baixa visibilidade dos saberes e práticas de mulheres indígenas no campo político e acadêmico.

Embora já exista uma literatura acadêmica e uma produção por parte de diferentes organizações sobre povos indígenas e mudanças climáticas, ainda são poucos os trabalhos nesses dois domínios que tratam especificamente da relação entre mulheres indígenas e o clima. Ainda é pequena também a participação de mulheres na produção de pesquisas participativas conduzidas pelas organizações sobre o assunto. Logo, esse trabalho busca suprir essa lacuna ao focalizar uma experiência integralmente centrada na contribuição de mulheres para compreender e atuar nesses novos cenários climáticos.

A educação tem um papel central nesse processo pois o trânsito de conhecimentos é potencializado pelo processo formativo no qual essas mulheres aprendem a sistematizar seus conhecimentos tradicionais e de seus povos através da pesquisa, o que lhes permitem efetuar traduções sobre temas como as mudanças climáticas para dentro e para fora de suas culturas,

estabelecendo diálogos com suas comunidades e com diferentes setores da comunidade nacional e internacional. Nesse sentido, acompanhamos esse processo sob a perspectiva de uma educação ambiental crítica e dos feminismos comunitários tecidos por mulheres indígenas no cenário contemporâneo. Nessa chave de interpretação, observamos as possibilidades e limites do diálogo intercultural e intercientífico, com atenção às relações que geram esses processos formativos dentro da agenda climática.

Povos indígenas e mudanças climáticas

Os povos indígenas vivem uma dupla relação com o problema das mudanças climáticas. Por um lado, estão entre os segmentos da humanidade mais sensíveis a esse problema, na medida em que seus modos de vida estão fundamentalmente vinculados aos ciclos ecológicos em seus territórios. Por outro lado, e pela mesma razão, esses povos desenvolveram sistemas de conhecimentos ecológicos refinados que os colocam em uma posição de vanguarda nas discussões sobre adaptação às mudanças do clima. Para se ter uma ideia, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) cerca de 80% de toda a biodiversidade mundial está dentro de territórios indígenas, protegida e preservada por esses povos. Já o Brasil abriga a maior biodiversidade do mundo (ICLEI, 2021), e aproximadamente 13% do território brasileiro é terra indígena (TI) demarcada, o que representa 19% do total da vegetação nativa do país. Nos últimos 38 anos, a perda vegetal em TIs foi de apenas 1%, em contraste com a devastação de 17% em áreas privadas no país (Brasil, 2023).

Esses dados expressam a diferença entre a relação dos povos indígenas com seus ambientes e a lógica capitalista hegemônica no mundo, baseada na exploração desenfreada dos recursos naturais da Terra, em que as pessoas se comparam e conferem *status* aos uns aos outros de acordo com aquilo que possuem, o que os torna escravos do próprio sistema que criaram, configurando o que o pensador yanomami Davi Kopenawa denomina de sociedade da mercadoria (Kopenawa; Albert, 2015). Como diversos estudos têm argumentado, essa disparidade não se reduz simplesmente a “diferenças culturais” de relação humana com a “natureza”. Essas diferenças são ontológicas, configuram mundos diversos e nos mundos indígenas encontramos ontologias relacionais, nas quais paisagens, animais e vegetais, mas também entes minerais e espirituais não são vistos inteiramente como objetos, mas como sujeitos, dotados de vida e agência, compondo uma teia de inter-relações. Essas relações moldam a realidade em termos de uma ontologia política em que todos os seus participantes são dotados de vitalidade, de importância, e devem ser respeitados em negociações permanentes para que a vida possa continuar a existir (Escobar, 2016; Costa, 2020).

Os povos indígenas são detentores de ciências milenarmente construídas através de métodos próprios de observação e interpretação da natureza e seus fenômenos, e por consequência estão identificando sinais e efeitos das mudanças climáticas para seus territórios e modos de viver (Oliveira, 2020; Melo; Silva; Santos Filho, 2022; Mesquita, 2024). Nestes novos cenários ecológicos, encontrar formas de lidar com o problema do clima a partir de diálogos intercientíficos entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos produzidos pelas ciências modernas que possam contribuir com soluções para o enfrentamento às mudanças climáticas configura um desafio intercultural, pois historicamente essas relações sempre foram assimétricas e marcadas por uma colonialidade do saber.

Esforços nessa direção estão sendo desenvolvidos em diferentes espaços. Em março de 2024 ocorreu o “I Encontro Internacional de Ciência Indígena e Justiça Climática entre Aldeia e Universidade”, no auditório do CNPq em Brasília. O objetivo do encontro foi discutir os conhecimentos indígenas enquanto ciências, e como podem se fazer presentes e consideradas nas discussões sobre mudanças e justiça climáticas, dentro e fora dos territórios. As posições sobre a “ciência indígena” foram variadas, mas todas compartilharam um ponto em comum, o fato dessa ciência não ser considerada como por não se encaixar nos padrões da ciência ocidental. Alguns expositores indígenas defenderam a sistematização dessa ciência em novos moldes, sem referência ao modelo da ciência ocidental, historicamente colonizadora. Já outros expositores, como Ailton Krenak, defenderam a necessidade de uma linguagem mais universal para a ciência indígena, de forma que ela possa ser mais acessível aos não-indígenas, e assim expandi-la. Para Krenak, os pesquisadores e cientistas indígenas precisam traduzir suas ciências para a linguagem científica contemporânea, pois só assim a população mundial poderá acessar as ciências indígenas para combater as mudanças climáticas.

Os dois posicionamentos colocam em perspectiva até onde a pesquisadora indígena pode/deve se apropriar dos modelos de conhecimento não-indígena, e até onde ele deve preservar as estruturas próprias das ciências indígenas. Um ponto em comum nesse debate foi o argumento de que, para avançar nessa discussão, é necessário que seus territórios sejam respeitados, para que o espaço de fazer essa ciência seja mantido.

Os debates ocorridos nesse evento exemplificam bem a complexidade das relações intercientíficas. Quando refletimos sobre essas questões introduzindo uma dimensão de gênero, o debate sobre a produção das ciências indígenas torna-se ainda mais complexo pois as relações das mulheres com seus territórios e comunidade apresentam perspectivas teóricas e políticas próprias no seio de suas comunidades epistêmicas. Na próxima seção nos aproximamos de uma perspectiva do feminismo comunitário indígena que contextualiza essa posição.

Corpos-territórios: perspectivas das mulheres indígenas

No cenário latino americano recente temos encontrado sistematizações de perspectivas político teóricas desenvolvidas por mulheres indígenas sobre as relações entre gênero e território que são fundamentais para tematizar as políticas indígenas de produção de conhecimento e a justiça epistêmica. Silva (2023), por exemplo, traça paralelos entre os papéis das mulheres e da terra. Na sua leitura essa relação é de interdependência, a mulher depende da terra para nutrir seu lar e a terra também precisa do cuidado das mulheres para estar saudável, gerando vida e nutrição para os diferentes seres vivos que a habitam. Essa relação simbiótica entre as mulheres e a terra permite reconhecer uma ontologia do feminino além das funções fisiológicas da mulher ou produtivas da terra. A capacidade de gerar confere à mulher uma potência de empatia diferente da do homem, tanto com outro ser humano quanto com outros entes da natureza. Isso não significa argumentar uma superioridade de gênero, nem reduzir o feminino à capacidades fisiológicas do seu corpo de procriar (Silva, 2023), mas reconhecer uma diferença sensível entre modos de estar no mundo e conhecê-lo que pode ser decisiva para o presente e o futuro.

Partindo desse princípio ontológico vemos surgir diferentes expressões de feminismos comunitários nascidos dentro de territórios indígenas no continente americano. Esses movimentos representam resistência e luta nesse cenário frágil em que se encontra o planeta, intensificado pelo capitalismo extrativista e pelo patriarcado que domina e explora o feminino de diversas formas.

A ideia de corpo-território, por exemplo, é um fundamento compartilhado por mulheres indígenas de diversos povos. “Meu corpo, meu primeiro território a defender” nasceu como esboço inicial do movimento feminista comunitário latino-americano que tem Lorena Cabnal, mulher indígena e feminista comunitária do povo maya xinka, da Guatemala, uma de suas principais referências. Cabnal ressalta a ação das mulheres pela defesa de seus territórios e pela defesa de seus corpos, diante das opressões que sofrem fora e dentro de ambos e por defenderem seus corpos-territórios (Chaves, 2021; Korol; Flores, 2022). Essa liderança maya xinka também traz à tona a questão do patriarcado ancestral originário, como um dos problemas que leva a necessidade de um movimento feminista interno territorialmente, pois este patriarcado “tem sua própria temporalidade, seu contexto, sua maneira de se manifestar”. O patriarcado ancestral originário, como observa Silvia Monzón, remonta à 10.000 anos, o que demonstra que o colonialismo e seus desdobramentos não são os únicos problemas que a mulher indígena sofre, mesmo que os tenham potencializado (Korol; Flores, 2022).

Contra essas opressões a noção de corpo-território, segundo Gago (2020 *apud* Chaves, 2021, p. 54)

[...] trata o corpo de cada uma como parte de um corpo coletivo, como continuidade política, produtiva e epistêmica. Implica a impossibilidade de recortar ou isolar o corpo individual de um corpo coletivo, e o próprio corpo humano do território e da paisagem.

É através desse corpo-território que suas ancestralidades, ciências, identidades coletivas e individuais estão presentes e são preservados. A luta dessas mulheres é interna e externa, contra o capitalismo de fora, e contra o patriarcado de dentro (Baniwa, 2018).

No Brasil, as mulheres estão presentes nas lutas do movimento indígena organizado desde o início, quando das primeiras mobilizações para defesa de direitos na década de 1970. No processo de estruturação das organizações indígenas nas décadas de 1980 e 1990, as mulheres também estiveram presentes e a partir da década de 1990:

[...] começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Ao lado disso, encontros de mulheres de diferentes etnias têm acontecido nos âmbitos nacional e internacional. O que elas buscam no momento atual é a reivindicação de direitos próprios de seu gênero e o fortalecimento de antigas lutas de seus povos, o que faz com que negociem com diferentes atores no contexto interétnico (Sacch, 2003, p. 95 *apud* Miranda; Barroso, 2023, p. 6).

Nesse movimento de luta, em 2019 foi realizada a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas em Brasília. Chaves (2021, p. 64) destaca alguns trechos da carta fruto deste primeiro encontro de articulação das mulheres indígenas a nível nacional em que anunciam sua luta para:

1. Garantir a demarcação das terras indígenas, pois violar nossa mãe terra é violentar nosso próprio corpo e nossa vida;
2. Assegurar nosso direito à posse plena de nossos territórios, defendendo-os e exigindo do Estado brasileiro que proíba a exploração mineratória, que nos envenena com mercúrio e outras substâncias tóxicas, o arrendamento e a cobiça do agronegócio e as invasões ilegais que roubam os nossos recursos naturais e os utilizam apenas para gerar lucro, sem se preocupar com a manutenção da vida no planeta; (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, agosto 2019 *apud* Chaves, 2021, p. 65).

Nos parece que é nesse sentido que “corpo-território” se torna uma categoria de luta político-epistêmica pelas formas tradicionais de existência das mulheres e povos indígenas. Em síntese, notamos que o conceito de corpo-território tem orientado o movimento de mulheres indígenas na América Latina e no Brasil em uma perspectiva diferente dos movimentos feministas eurocêntricos. A luta pelo corpo-território vai além da emancipação do corpo feminino, denuncia e traz reflexões acerca da relação capitalista com a exploração da terra, já que o corpo feminino e território estão interligados por suas funções de produção e reprodução, e enfrentam em conjunto sua exploração em diferentes espectros. A criação do conceito de corpo-território condensa natureza e política, afronta a ilusão de liberdade do sistema capitalista, pois denuncia a ocultação da exploração dos indivíduos que o compõem como ação

necessária para sua manutenção (Chaves, 2021). Esse movimento traz consigo uma ação emancipatória diferente do feminismo das mulheres na modernidade. Como defende Lorena Cabnal, o feminismo comunitário extrapola a emancipação feminina, beneficiando toda a comunidade e além, através da defesa da natureza beneficia todo o planeta (Korol; Flores, 2022).

Percurso metodológico

A partir dessa aproximação das relações entre povos indígenas e mudanças climáticas e as perspectivas teórico-políticas das mulheres indígenas, essa pesquisa foi concebida no universo de investigações de caráter qualitativo (Minayo, 2010). O percurso metodológico foi composto de dois procedimentos: levantamentos bibliográficos e estudo de caso e dividido em três etapas. A primeira fase da pesquisa foi desenvolvida em caráter exploratório, na qual procuramos saber qual o escopo da literatura acadêmica dedicada às relações entre povos indígenas e mudanças climáticas em uma perspectiva interseccional de gênero e/ou mulheres indígenas no intervalo entre 2017 e 2023 nas seguintes plataformas: periódicos CAPES; SciELO e Google Acadêmico. Neste trabalho de levantamento bibliográfico utilizamos os seguintes termos de busca: mulheres indígenas, mulher indígena, mudanças climáticas, meio ambiente, gênero, indígenas e clima, utilizando a técnica de operadores booleanos.¹ O filtro do idioma português foi usado nas três plataformas e na plataforma SciELO o filtro de “coleções: Brasil” também foi utilizado.

Ainda no âmbito da pesquisa bibliográfica também realizamos uma busca por materiais comumente denominados como “literatura cinza” que compreende a produção de conhecimento gerada fora do sistema científico de revisão por pares. Em geral essas publicações são produzidas por organizações não-governamentais e pelos movimentos sociais, no caso, o movimento indígena. Essa busca identificou um conjunto de estudos e pesquisas participativas e/ou colaborativas que se mostraram relevantes para a pesquisa (Vale e Oliveira, 2014; Cabalzar; 2016; Opan 2015/2018; CPI/Acre 2017; IEPÉ, 2023)

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de um estudo de caso sobre a experiência de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima desenvolvido pelo IEB. Segundo Yin (2001) o estudo de caso é um tipo de investigação empírica que pretende

¹ Estes são uma ferramenta encontrada em plataformas de busca de dados em que conectivos-chave como E, OU e NÃO, são utilizados para articular as combinações e relações entre as palavras-chave trazendo uma maior dinâmica à pesquisa. Sendo o E o operador que conecta palavras-chave nos resultados, o OU alterna a presença entre duas palavras-chave e o NÃO exclui os resultados que apresentem a palavra-chave ligada a ele

abordar um fenômeno contemporâneo em um contexto específico. Trata-se de um método de pesquisa que utiliza dados qualitativos com o objetivo de compreender em profundidade uma determinada experiência e, a partir da sua descrição, pode gerar conhecimento sobre o fenômeno estudado. Esta estratégia nos pareceu adequada em razão da singularidade da experiência desenvolvida pelo IEB e pela maneira como ela vem sendo desenvolvida. O fato de ser uma iniciativa integralmente centrada nas mulheres indígenas faz desse processo um caso inovador no quadro mais geral mapeado na literatura acadêmica e na literatura cinza. Para realizar esse estudo tivemos acesso a uma série de documentos produzidos sobre o processo formativo e também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas consideradas chave para interpretar esse processo.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa consistiu na interpretação dos dados reunidos ao longo desse percurso. Esse componente de análise foi desenvolvido à luz de uma educação ambiental crítica e dos chamados feminismos comunitários tecidos por mulheres indígenas no cenário contemporâneo. Deste ângulo, apresentamos algumas observações sobre possibilidades e limites do diálogo intercultural e inter científico.

Mulheres indígenas e mudanças climáticas

Ao realizar a primeira etapa da pesquisa nos deparamos com um resultado surpreendente.² Embora exista uma literatura sobre povos indígenas e mudanças climáticas no Brasil, os dados sobre a combinação que mais nos interessava “mulheres indígenas” e “mudanças climáticas” se mostraram incipientes. Encontramos os seguintes resultados: Periódicos CAPES com 7 resultados, 3 em português; SciELO com apenas 1 resultado, em português e de origem no Brasil. Apesar de o Google Acadêmico apresentar um número expressivo de resultados com 14.800 resultados, a leitura de títulos e resumos dos trabalhos com ao menos uma citação nos mostrou que os termos de busca apareciam relacionados a outras discussões sobre outros temas como pandemia, percepções mais gerais de povos indígenas sobre mudanças climáticas, abordando diversos povos, em vários recortes diferentes, tratando-

² Na busca pela combinação “mulheres indígenas” OU “mulher indígena” E “mudanças climáticas” OU “meio ambiente”: Periódicos CAPES surgiram 15.828 resultados, sendo 7.154 em português; SciELO houve 58 resultados, 23 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico houve 7.880 resultados, sendo 7.730 em português. Com a combinação “mulheres” OU “gênero” E “clima”: Periódico CAPES houve 32.114 resultados, 15.432 em português; SciELO houve 417 resultados, 34 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico houve 15.900 resultados, 15.800 em português. Na última combinação que foi “indígenas” E “clima”: Periódicos CAPES com 86 resultados, 27 em português; SciELO com 67 resultados, sendo 8 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico com 25.900 resultados, sendo 16.400 em português.

se tanto do cenário nacional como internacional. Esses dados nos mostraram, portanto, que ainda é incipiente o número de trabalhos acadêmicos focados especificamente nas relações entre mulheres indígenas e mudanças climáticas se considerarmos a importância e a urgência desse enfoque.

Além dessa busca na literatura acadêmica, também procuramos pela produção de conhecimento realizada nos últimos dez anos por organizações indígenas e seus parceiros da sociedade civil e da cooperação internacional. Esse tipo de material geralmente é categorizado como “literatura cinza” pois não circula nos canais convencionais da produção científica acadêmica. No nosso caso, buscamos publicações de pesquisas participativas e/ou colaborativas produzidas por essas organizações e disponibilizadas em suas bases de dados na internet. Quando passamos aos resultados de experiências de pesquisas interculturais e geração de produtos que podemos classificar como intercientíficos, isto é, baseados na interação entre diferentes ramos das ciências ocidentais e das ciências indígenas identificamos sete publicações sobre o tema em diferentes regiões da Amazônia (Vale e Oliveira, 2014; Cabalzar, 2016; ISA 2017; OPAN 2015, 2018; CPI/Acre 2017; IEPÉ, 2023).

Um ponto em comum nesses materiais é a perspectiva dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas sobre o ambiente e o clima, gerada por pesquisadores/as indígenas. Nestes trabalhos, lideranças e comunidades indígenas elaboram compreensões próprias acerca do que são as “mudanças climáticas”. Todavia, um dado que nos chamou atenção nesses produtos foi a relação entre autoria e gênero. Embora nesses materiais encontremos referências a conhecimentos próprios das mulheres sobre o ambiente, plantas e dinâmicas ecológicas, em algumas publicações de maneira pontual e em outras com maior espaço, em todos esses trabalhos identificamos uma participação muito maior de homens que de mulheres indígenas como pesquisadores. Esse dado pode ser compreendido por diferentes fatores, que passam pela organização social própria dos diferentes povos indígenas, as oportunidades de participação de mulheres em projetos desenvolvidos pelas organizações e, claro, o próprio interesse dessas mulheres em engajar-se em iniciativas que envolvem pesquisas em suas comunidades. De todo modo, indicam uma participação menor das mulheres nas políticas de produção de conhecimento dessas iniciativas, o que resulta em desigualdade e injustiça epistêmica.

Na próxima seção apresentamos a descrição da experiência desenvolvida pelo IEB denominada “Entre Parentas” como um caso particular de formação de pesquisadoras indígenas. Acreditamos que essa iniciativa em curso tem o potencial de alterar esse cenário de desequilíbrio de gênero na produção de conhecimento e na discussão pública sobre mudanças climáticas.

A experiência “Entre Parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

O “Entre Parentas” é um programa de formação específico para mulheres indígenas que surgiu como parte do projeto “Nossa Terra II: Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas” em 2021.³ O programa nasceu do desejo das participantes do projeto “Nossa Terra” de criar uma rede de trocas entre si e do objetivo de fortalecer o papel dessas mulheres nas economias indígenas do Sul do Amazonas (SulAM), promovendo o empoderamento feminino, o combate à desigualdade de gênero, o desenvolvimento econômico, o monitoramento e proteção do meio ambiente através da ótica das mulheres e a justiça climática. A formação contempla atualmente 28 mulheres das etnias Apurinã, Tikuna, Mura, Jiahui, Parintintim, Paumari, Tenharim, Uru Eu Wau Wau e Juma (IEB, 2021).

Nesta seção apresentamos uma descrição desta formação com olhar centrado nas características educacionais do processo, desde a concepção da proposta pedagógica à estruturação curricular dos módulos, seus princípios metodológicos, sua execução e resultados. Essa síntese está baseada em um conjunto de documentos de trabalho disponibilizados pelo IEB e em entrevistas realizadas com pessoas à frente da iniciativa dentro do Instituto.

Para construir o “Entre Parentas”, a equipe do IEB se deparou com vários desafios como a falta de experiência em trabalhar uma formação com o foco em mulheres indígenas e resistência de organizações indígenas e do indigenismo em geral em oferecer uma formação específica de gênero com mulheres indígenas. No meio indigenista, havia o receio dessa proposta levar uma ideologia feminista “branca” para essas mulheres. Para superar essas incertezas foram realizadas algumas ações estratégicas. A primeira delas foi a realização de ciclos conversatórios incluindo instituições e especialistas com experiência na questão de gênero e a formação de um comitê pedagógico preparado para trabalhar nesse contexto focando no protagonismo de mulheres indígenas e não indígenas. Outra estratégia foi fortalecer a atuação em rede com a presença do Núcleo do GT de Gênero e Clima do Observatório do Clima. Também se estabeleceu uma agenda de diálogos informativos com as organizações indígenas

³ A iniciativa promovida pelo IEB conta com o apoio da USAID/Brazil em parceria com a Partnership for the Conservation of Amazon Biodiversity (PCAB), além da Operação Amazônia Nativa (OPAN), e outras 8 organizações indígenas da região do Sul do Amazonas, são elas: Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ), Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá (APITEM), Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto (APITIPRE), Organização do Povo Indígena Parintintim do Amazonas (OPIPAM), Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ), Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre - Amazonas (OPIAJBAM) e Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) (PCAB, 2021).

da região para ressaltar a importância da questão de gênero entre as instituições nacionais e internacionais que aportam recursos para projetos ambientais e com povos indígenas. Nesse primeiro movimento também foi realizada uma formação interna no IEB sobre questões de gênero, equidade e inclusão. Dessa forma, o programa “Entre Parentas” buscou fundamento em um feminino seguro, afetivo, constante, atento e responsivo, focando na valorização do papel das mulheres na gestão de seus territórios.

A construção pedagógica do processo formativo foi baseada em um conjunto de princípios e metodologias sintetizadas no mapa conceitual abaixo::

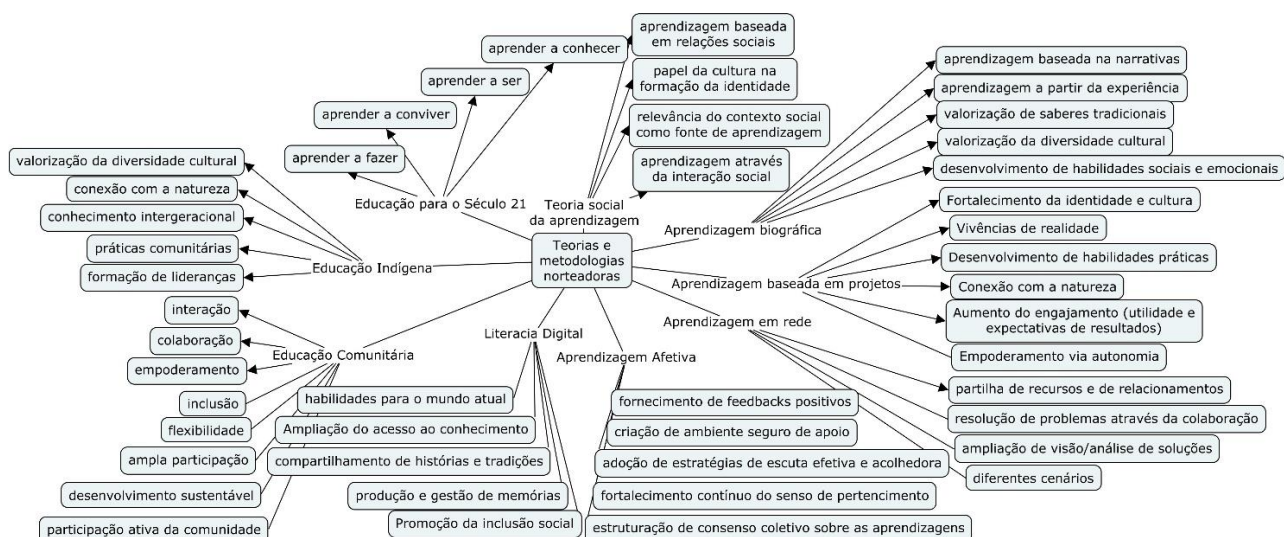


Figura 1 - Metodologia Entre - síntese gráfica.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do IEB, 2023.

O programa formativo - Parentas no clima

A partir desses princípios, o programa foi estruturado em cinco módulos. A organização desse percurso foi dividida em duas etapas, a primeira focada na preparação e empoderamento das participantes em suas comunidades e nas economias indígenas do SulAM, compreendendo o módulo introdutório e os primeiros 3 módulos formativos e segunda etapa destinada a formação das mulheres como pesquisadoras do clima. Em função do objetivo da nossa pesquisa, vamos concentrar nossa atenção à segunda etapa desse processo. Todavia é importante registrar a importância da primeira etapa para a construção de um ambiente acolhedor e afetivo, com o acolhimento de mães e seus filhos, a criação de uma base de diálogo entre as participantes e suas comunidades e organizações responsáveis. Isso possibilitou uma estrutura de trabalho em rede, que resultou em uma Rede de Afetos ilustrada no mapa abaixo.

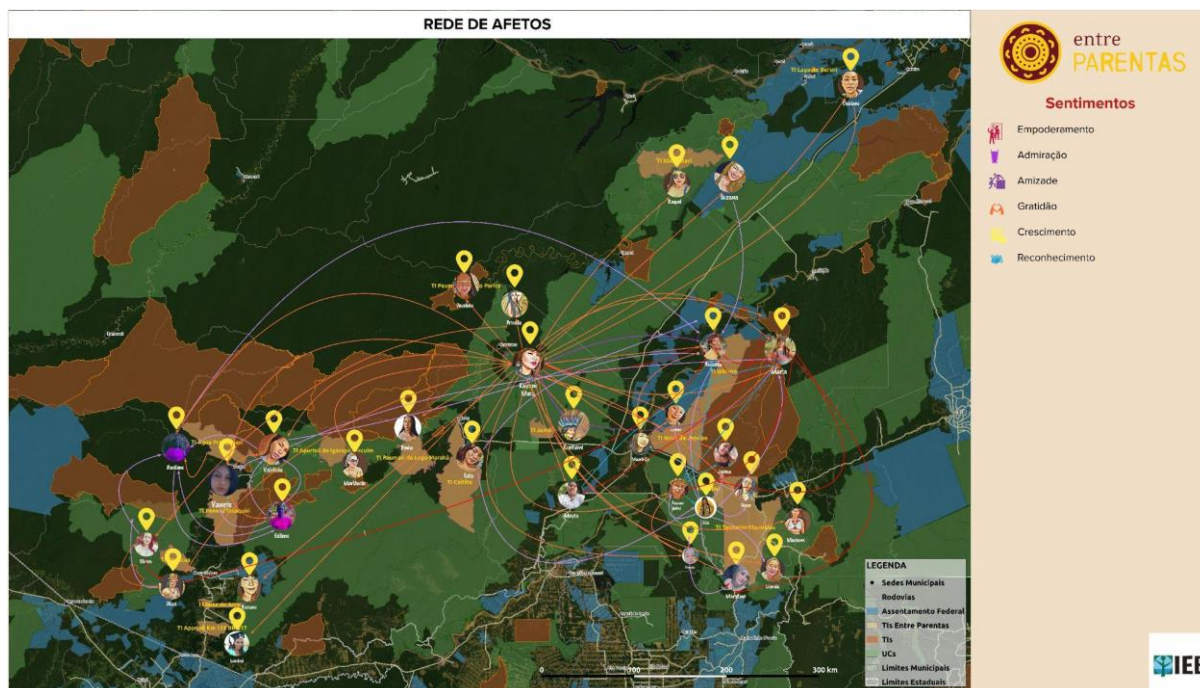


Figura 2 - Mapa das Redes de Afeto.

Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2022. Imagem utilizada com permissão.

A segunda etapa do programa teve início com o Módulo 4 - Parentas no Clima (mulheres indígenas e mudanças climáticas). Neste módulo surgiu a proposta de atuação das Parentas como pesquisadoras com o objetivo de monitorar os efeitos das mudanças climáticas nos territórios a partir de um olhar cotidiano das mulheres, além de dar visibilidade às soluções que elas vêm desenvolvendo em seus territórios diante desses cenários. Este foi o primeiro módulo presencial do programa e ocorreu na Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental, Porto Velho - RO, entre 1 e 5 de agosto de 2022. Durante 5 dias, as atividades foram divididas em dois períodos, em que o trabalho formativo ocorreu no período diurno, e o período noturno ficou reservado para as atividades afetivas. O primeiro dia, de temática “Acolhimento e Abertura - Nós, Nossa Trajetória, e Nossa Potência” foi focado no acolhimento e no reconhecimento das parentas, em que puderam retornar ao mapa de afetos, e refazê-lo fisicamente, se apresentarem em pessoa, refletirem sobre suas jornadas - passado, presente e futuro -, e também se reconhecer como rede e suas potencialidades no enfrentamento às mudanças climáticas.

O segundo dia teve como temática “Mudanças Climáticas, Povos, Territórios e Mulheres Indígenas” e foi marcado por discussões acerca das mudanças climáticas e seus impactos nos territórios das participantes através de uma oficina de construção de calendários sazonais das regiões/territórios. Essa dinâmica foi facilitada pela liderança indígena e gestora

ambiental Sinéia do Vale Wapichana, reconhecida internacionalmente na agenda de povos indígenas e mudanças climáticas.

O terceiro e quarto dias “Pesquisa, Parenta!” foram dedicados à construção das ações preliminares de pesquisa e de como as participantes enxergavam caminhos para esse processo. As ações de pesquisa pactuadas priorizaram o **ver/olhar** além das aparências; **escutar/ouvir** quem tem experiência, juntamente com o **falar**, gerando a troca de conhecimentos; o **registrar**, através de fotos, mapas e cadernos de campo; e o **organizar**, para que os dados pudessem ser compartilhados. Nestes dias também foram elaborados planos de trabalho para as pesquisas. O quinto, e último dia “Estamos aqui, Estamos prontas” tratou de uma reflexão inicial em rede sobre o combate às consequências das mudanças climáticas, “quais soluções já existem? ”, “como trazer visibilidade às soluções que enxergam? ”, e a criação de um cronograma de pesquisa. Para encerrar houve uma avaliação coletiva sobre o desenvolvimento do módulo.

Durante todas as noites também ocorreram atividades diversas como: oficinas de pintura com jenipapo, contação de história, oficina de cestaria, cozinha coletiva e para fechar o módulo houve uma confraternização com uma feira de artesanatos. O objetivo dessas atividades não era instrumental, mas criar laços e afetos entre todas as integrantes do programa. Esse componente fortaleceu o objetivo de oferecer uma formação significativa em sintonia com o desejo e as expectativas de atuação dessas mulheres.

Após o módulo 4, as participantes implementaram seus projetos de pesquisas nos territórios com apoio de uma bolsa de pesquisa do IEB. Como resultado foram produzidos 23 relatórios vindos de 16 aldeias diferentes. Segundo relatos das pesquisadoras, houve uma ampla participação da comunidade no apoio às pesquisas, como lideranças, caciques, mulheres/lideranças mulheres, jovens, alunos, professores, agentes de saúde, representantes de associações, já que uma das metodologias implementadas pelas pesquisadoras foi as rodas de conversa com a comunidade. As pesquisadoras puderam ouvir opiniões, ideias e histórias, e foram ouvidas com atenção pelos participantes das pesquisas.

As pesquisadoras também relataram as dificuldades que enfrentaram durante o percurso, como expor detalhadamente o processo da pesquisa; explicar o tema para a comunidade; dificuldades de logística com internet e transporte, e em reunir a comunidade, e se reunir especialmente com as lideranças homens.

Como resultado dos relatórios, foram produzidos dois documentos que sintetizaram os conhecimentos no módulo 4. Um intitulado “Efeitos das mudanças climáticas” que discorre sobre a situação atual dos territórios, e o outro intitulado “Mulheres que fazem a diferença no território” que trata das soluções registradas pelas pesquisadoras e também de propostas das

mesmas para o enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas em seus territórios. As percepções dos efeitos foram sistematizadas em 8 categorias: rios e igarapés, pesca, plantio/roçado, alimentação, geração de renda, cultura, saúde e bem-estar nas aldeias. As soluções desenvolvidas por essas mulheres foram categorizadas em 11 frentes de ação: troca de sementes/alimentos, preservação e manejo dos lagos, Importância dos plantios, manejo do ambiente + orientação aos jovens e crianças. Orientação e incidência política em torno, roçados e reflorestamento, fornecimento de merenda escolar, horta medicinal/medicina tradicional, artesanatos, troca de informação e transmissão de conhecimentos, envolvimento comunitário. A antropóloga Sara Gaia, coordenadora da iniciativa pelo IEB traz uma reflexão sobre o processo do ponto de vista das relações intercientíficas e interculturais:

Para mim ainda é um desafio meio nebuloso essa coisa da Intercientificidade. Eu acho que é muito difícil a gente ter uma relação de fato horizontal entre esses conhecimentos, especialmente se a gente que chega propondo. Mas eu acho que isso precisa ser encarado. E eu acho que isso pode ensinar muito mais para a gente do que para elas. Na verdade, o que eu estou entendendo é que a gente está se desdobrando para receber e organizar pra gente (...) Eu acho que a gente está fazendo meio que um movimento reverse, que é traduzir de fato o que está dentro delas, organizar de um jeito que a gente consiga entender, porque quem está precisando de fato aprender somos nós. Eu vejo a gente menos fermentando essas mulheres e mais se esforçando para fazer esse diálogo com uma outra perspectiva. (entrevista, setembro de 2024)

Em que pese os desafios e limites da tradução, esse movimento de realizar o diálogo intercientífico em uma outra perspectiva tem se revelado uma oportunidade da rede se fortalecer, evidenciar a capacidade e o valor do engajamento das mulheres na gestão de seus territórios, agora munidas de habilidades de diagnosticar problemas e propor soluções. Isso traz visibilidade para a questão de gênero e mudança climáticas dentro do contexto indígena e empoderamento feminino no assunto, abrindo espaço para as mulheres dentro de suas comunidades. Como observa a antropóloga:

“eu vejo semente quando olho para essas mulheres. Acho que são 28 sementes muito potentes que vão virar outras agroflorestas. Assim porque elas vão puxando as meninas mais novas, elas vão valorizando as minas mais velhas. Elas começam a tomar outros lugares de fala”

O “Parentas no Clima” também gerou afetos, o desenvolvimento da pesquisa trouxe satisfação, segurança e esperança. Assim, mais mulheres se sentiram confiantes de tomar frente em outras ações.

Um dos produtos das pesquisas do módulo “Parentas no Clima” foi veiculado através da campanha “*Estamos Aqui. Estamos Prontas*” e teve como objetivo a divulgação do trabalho de suas pesquisas para suas comunidades, para as instituições parceiras e para o público da COP22, na qual representantes do IEB apresentaram a experiência para a audiência

internacional. A ideia da divulgação dessa campanha foi mostrar como as mulheres indígenas estão sendo mais afetadas pelas mudanças climáticas que outros grupos sociais e por isso são profundas conhecedoras da realidade das mudanças climáticas e de como combatê-las.



Figura 3 - Campanha Estamos Aqui. Estamos Prontas. Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Instagram, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkgoYNOT4F/?igsh=MWRscm4wdGs0ZjU5eA==>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Em 2023, na III Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, a delegação as pesquisadoras do “Entre Parentas” também publicaram uma carta em defesa do Bem-Viver, da diversidade e da vida no planeta. Nesta carta, as mulheres enfatizam

Somos protagonistas das transformações desenvolvendo ações sustentáveis que representam soluções efetivas para os problemas que nos atingem e juntas, estamos alcançando significativos resultados, dentre os quais, a valorização do papel das mulheres indígenas na gestão de seus territórios e nas economias da floresta; a participação ativa nas pautas que afetam nossas vidas. Nossa atuação como pesquisadoras têm o potencial de monitorar os efeitos das mudanças climáticas nos territórios a partir de nosso olhar cotidiano sobre essas mudanças (IEB, 2023).

Atualmente o programa se encaminha para o quinto módulo, que tem como objetivo a consolidação da rede de pesquisadoras do clima do SulAM e o monitoramento dos efeitos das mudanças climáticas nos territórios, de forma que as comunidades indígenas se mantenham informadas sobre esses efeitos e elaborem de maneira participativa planos de enfrentamento e sistematização das soluções, criando espaço e disponibilização das ferramentas necessárias para a realização dessas ações.

Considerações finais

Neste artigo buscamos explorar a questão das mudanças climáticas através da educação, com ênfase no recorte de gênero dentro da experiência da formação “Entre Parentas” oferecida pelo IEB e parceiros na região do SulAM para um grupo de mulheres indígenas. O “Entre

Parentas” tornou-se o foco dessa pesquisa por se tratar de uma formação de pesquisadoras indígenas do clima, proporcionando a sistematização de conhecimentos sobre o tema e a tradução das ciências indígenas para a sociedade não indígena em um cenário de emergência climática.

Mesmo as mulheres sendo as que menos contribuem para causar as mudanças climáticas, estas são as mais afetadas por elas, e as que menos têm espaço de fala nas tomadas de decisões sobre o tema. Quando se trata de mulheres indígenas, estas são ainda são as mais invisibilizadas. Mesmo que, o papel dos povos indígenas na preservação do meio ambiente seja reconhecido nos cenários nacional e internacional, nos materiais produzidos sobre as ciências indígenas - tanto acadêmicos, como da sociedade civil e organizações indígenas -, o espaço para as narrativas femininas ainda é pequeno.

Esse contexto demonstra que a luta das mulheres indígenas pela conservação da natureza vai além do combate às mudanças climáticas, mas tange uma luta de gênero, em que seu corpo e território se tornam indissociáveis por uma relação ontológica do feminino. Daí nasce o conceito de corpo-território como categoria político-teórica para enfrentamento a um conjunto de problemas relacionados ao sistema capitalista explorador da terra e as várias formas de patriarcados que oprimem a mulher. Neste cenário, o programa “Entre Parentas” surge com uma proposta diferente, voltada para o protagonismo das mulheres indígenas. Essa formação propôs uma metodologia baseada principalmente na escuta e no afeto entre as pessoas da instituição e as participantes.

Podemos ler esse processo a partir do entrelaçamento da educação ambiental crítica e emancipatória e do movimento por justiça climática na interface com os feminismos comunitários indígenas. Nesse sentido, Jacobi *et al* (2011) já apontavam para a necessidade de encontrar alternativas pedagógicas e metodológicas de aprendizagem para abordar as mudanças climáticas que não caíam, nem no catastrofismo e nem em uma visão simplista de um fenômeno complexo. Uma abordagem da educação ambiental crítica envolveria necessariamente a reflexão e ação na busca de soluções diante do problema. Entretanto, como observa Tamaio (2013) em muitos projetos educacionais sobre o assunto predominam uma abordagem tecnicista, abstrata e difícil sobre o clima distanciada do dia a dia das pessoas. Um dos caminhos metodológicos que esse autor sinalizava há pouco mais de uma década era o trabalho pedagógico com as “mudanças climáticas” como tema gerador, criando a oportunidade de construir olhares que não sejam reféns da visão cientificista. Ainda segundo esse autor, a configuração de processos formativos tem um papel importante na medida em que permitam a diferentes públicos, dentre eles, povos indígenas, possam compreender as posições da ciência

do clima, o histórico de negociações em âmbitos como as COPs, os interesses geopolíticos em jogo, assim como as principais causas do problema e as políticas públicas disponíveis para enfrentar a questão. Processos que promovam a reflexão crítica e a negociação de significados em sintonia com a vida cotidiana, fomentando a pesquisa e os processos de mobilização e intervenção na realidade.

A crise climática é um fenômeno complexo que envolve diferentes elementos, obstáculos políticos, a produção de conhecimento em um cenário de incertezas, as diferentes percepções públicas e os valores culturais hegemônicos baseados em progresso, crescimento econômico e consumo sem limites que induzem pessoas e sociedades inteiras a um caminho na contramão do que indicam as pesquisas científicas (Lima e Layargues, 2014). Nesse quadro uma proposta intercultural e intercientífica como a desenvolvida pelo IEB sinaliza caminhos de como relacionar mudanças climáticas e educação através de uma perspectiva de gênero. Como vimos, a proposta combina princípios e posturas sólidas do ponto de vista pedagógico e metodológico. Dentre eles destaca-se a educação afetiva, baseada na escuta, criou uma relação de respeito e confiança entre todos os envolvidos no programa, que é fundamental para o desenvolvimento da formação.

Durante o desenvolvimento dos módulos formativos voltados para a pesquisa do clima, o programa apresentou três ambientes de aprendizagem distintos, encontros virtuais, encontros presenciais, e o desenvolvimento de projetos nas comunidades. A diversidade de ambientes de aprendizagem possibilitaram uma estruturação concisa e fundamental para o desenvolvimento das participantes como pesquisadoras do clima, pois fortaleceu a rede de relações e afetos entre elas e com o IEB, além de dar o suporte necessário para a formação de uma função que vai além de monitorar e encontrar soluções para os efeitos das mudanças climáticas em seus territórios, mas também o de organizar e sistematizar os resultados das pesquisas de forma que tanto seus parentes como os não indígenas possam ter acesso a essa ciência também.

O processo de tradução intercientífica é complexo e não há fórmulas de como fazê-lo. Um dos limites do diálogo intercultural e intercientífico pode ser a incomensurabilidade teórica e metodológica entre as diferentes culturas e ciências, visível na ausência de uma linguagem compartilhada. Um risco ao tentar estabelecer pontes entre sistemas de conhecimento a partir de temas igualmente complexos como as mudanças do clima é transformar o conhecimento indígena em conteúdo sobre mudanças climáticas, isto é, esvaziar as formas próprias de produção de conhecimento em favor de informações que atestam ou ilustram localmente o que o conhecimento técnico científico dos “brancos” já afirma sobre as mudanças climáticas. Se soma a esse cenário o desafio dos papéis de gênero dentro e fora das comunidades. Esses

elementos concorrem para o quadro de injustiça socioambiental e epistêmica para os povos e as mulheres indígenas.

Para lidar com esses desafios, novamente a questão da escuta e da rede de afetos foi fundamental para fortalecer as mulheres e lhes inspirar confiança frente aos desafios de suas comunidades e trazer retorno de seus aprendizados para seus territórios. Daí a importância da diversidade de ambientes educativos e da constância da rede durante todo o processo de preparo, realização e reflexão da pesquisa.

Em suma, o programa “Entre Parentas” se mostra pioneiro e inovador tanto no âmbito da produção de ciência indígena com ênfase no recorte de gênero, destacando o conhecimento e relação entre as mulheres indígenas e a terra, e sua capacidade de produzir ciências fundamentais ao combate às mudanças climáticas. Através da criação de uma rede afetiva, de respeito, diálogo e confiança, estão construindo uma forma própria de estabelecer essa ponte entre culturas, sistemas de conhecimento e perspectivas de gênero. Ao trazer essa experiência, esperamos que esse trabalho possa inspirar outras pesquisas e outras perguntas na interface mudanças climáticas e educação desde uma perspectiva de gênero centrada na atuação de mulheres indígenas como pesquisadoras do tema.

Referências

AYRES, A. D.; DANIZA JAGSO KAINANG, J.; NERES, V. F. H.; DA ROCHA BRANDO, F. A Interpelação das mulheres indígenas sobre a conservação de seus territórios. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 21, n. 1, p. 34–51, 2023. DOI: 10.18224/hab.v21i1.13206. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13206>. Acesso em: 28 fev. 2024

BANIWA, B. A. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. **Vukápanavo: Revista Terena**, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Territórios Indígenas são os mais preservados do país**. Meio Ambiente. Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Dia Internacional da Biodiversidade: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em Terras Indígenas**. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt->

br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas. Acesso em: 15 de maio de 2024.

CABALZAR, Aloisio (org.). *Ciclos anuais no Rio Tiquié: pesquisas colaborativas e manejo ambiental no noroeste amazônico*. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2016. ISBN 978-85-8226-036-4.

CAVALIERI, Cecília; FAUSTO, Juliana. Calores Gaianos: o sofrimento do antropoceno pode durar mais do que você esperava. **Revista COLETIVA**, dossiê 27, jan. fev. mar.abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-calores-gaianos-o-sofrimento-do-antropoceno>. Acesso em: 08 abril 2024.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universitat de Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. DOI: 10.1344/sn2021.25.32707. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. *Diagnóstico sobre a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre*. Fotos: R. Gavazzi. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Consultor: Renato Antonio Gavazzi. Rio Branco: CPI-Acre, 2021.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. *Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas: região da Serra da Lua – RR*. Organização: Alessandro Roberto de Oliveira, Sineia Bezerra do Vale. Boa Vista: CIR, 2014. 154 p. ISBN 978-85-917686-0-8. Inclui bibliografia.

COSTA, Alyne. Por uma verdade capaz de imprever o fim do mundo. **Revista COLETIVA**, dossiê 27, jan. fev. mar.abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-por-uma-verdade-capaz-de-imprever-o-fim-do-mundo>. Acesso em: 08 abril 2024.

ESCOBAR, Arturo. Território de diferença: as ontologias políticas do “direito ao território”. **ClimaCom** - Territórios, ano 03, nº 06, 2016. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/#_edn1. Acesso em: 06 abril 2024.

HIDALGO MUNHOZ, Rachel Aline; RUIZ GOULART, Ana Lúcia; SANTANA DOS SANTOS, Rita Silvana. Mulheres, clima e agenda 2030: narrativas verbais-imagética para não

deixar ninguém para trás. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 140–167, 2021. DOI: 10.14295/ambeduc.v25i3.12354. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12354>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Como é trabalhar com biodiversidade no país mais biodiverso do mundo?** Equipe ICLEI fala sobre os desafios e oportunidades de trabalhar no país mais biodiverso do mundo. 20 maio 2021. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/como-e-trabalhar-com-biodiversidade-no-pais-mais-biodiverso-do-mundo/>. Acesso em: 28 fev 2024.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Na semana do Dia Internacional da Mulher, o IEB lança uma formação voltada para mulheres indígenas: é o Entre Parentas. 10 mar. 2021. Disponível em: <https://iieb.org.br/noticias/na-semana-do-dia-internacional-da-mulher-o-ieb-lanca-uma-formacao-voltada-para-mulheres-indigenas-e-o-entre-parentas/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Entre Parentas: Carta das Mulheres Indígenas do sul do Amazonas em defesa do Bem Viver, da diversidade e da vida no planeta. 13 set. 2023. Disponível em: <https://iieb.org.br/noticias/entre-parentas-carta-das-mulheres-indigenas-do-sul-do-amazonas-em-defesa-do-bem-viver-da-diversidade-e-da-vida-no-planeta/>. Acesso em: 04 set. 2024.

JACOBI, P. R.; GUERRA, A. F. S.; SULAIMAN, S. N.; NEPOMUCENO, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 135-148, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOROL, C.; FLORES, L. D. Feminismo Comunitário de Iximulew-Guatemala : Diálogos com Lorena Cabnal. **Hawò**, Goiânia, v. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LIMA, G. F. da C.; LAYRARGUES, P. P. Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do conservadorismo dinâmico. *Educar em Revista*, [S. l.], n. 3, 2014, p. 73-88. Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155032909006>. Acesso em: 20 maio 2023.

LIMA, Artema; MENDES, Mel (orgs.). **Mudanças climáticas e a percepção indígena**. 1. ed. São Paulo: [Editora], 2023. ISBN 978-85-67133-12-6.

LIVRO DOS MARCADORES DO TEMPO: pesquisas indígenas sobre percepções ambientais e mudanças do clima. Vários autores. Vários organizadores. São Paulo, SP: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2023. ISBN 978-65-89357-07-0.

MARA MIRANDA, Cynthia; FERNANDES BARROSO, Milena. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 31, n. 2, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n292873. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/92873>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MELO, M. H. F.; SILVA, F. B.; SANTOS FILHO, O. O. Conhecimento Indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 59 p. 1-22, jan/jun 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.72964. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72964>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MESQUITA, E. Mudanças climáticas e a cosmovisão Ashaninka. **ClimaCom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte**, v. 2, p. 1-11, 2015. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=3101&fs=imprimir>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NARAHARA, Karine L. Os “desastres ambientais” e a máquina de morte do Ocidente: diálogos entre Ailton Krenak e Marimba Ani. **Revista COLETIVA**, dossiê 27, jan. fev. mar.abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-os-desastres-ambientais-e-a-maquina-de-morte-do-ocidente>. Acesso em: 08 abril 2024.

OLIVEIRA, Alessandro. Conhecimentos e políticas indígenas sobre as mudanças do clima. **Revista COLETIVA**, dossiê 27, jan. fev. mar.abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-conhecimentos-e-politicas-indigenas-no-clima>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PENA, Mariela. Movimientos socio-territoriales y cuerpos-memoria: un abordaje desde la narrativa autobiográfica de una lideresa campesino-indígena. **Polis**, Universidad de los Lagos, v. 21, n. 62, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32735/S0718-6568.2022.1587>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TAMAIIO, Irineu. “Educação Ambiental & Mudanças do Clima: olhares educativos para o enfrentamento da Mudança do Clima”. In TAMAIIO, I. Educação Ambiental & Mudanças Climáticas: diálogo necessário num mundo em transição. MMA, 2013.

SILVA, Adson Manoel Bulhões da. A alma feminina e a representação das amazonas: A alma feminina e o imaginário da Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas. **Gênero, Violência Culturais e Interculturalidade na Amazônia: epifanias e novos olhares de pesquisa**. Manaus: EDUA. São Paulo: Alexa Cultural, 2023. p. 19-73.

URZEDO, Danilo Ignacio de *et al.* (org.). *O que será de nossas sementes? Pesquisa intercultural sobre as mudanças climáticas no Xingu-Araguaia*. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental; Canarana, MT: Associação Rede de Sementes do Xingu, 2017.

VIANNA, M. D. de A. Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 90-110, 2023. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.206653. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/206653>. Acesso em: 28 fev. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.